



A Escravidão na África

A escravidão, na África, começa com seu próprio povo; as tribos brigavam entre si, e as populações derrotadas, nestas guerras, serviam como recompensa. Os derrotados viravam escravos, para servirem ali mesmo ou para serem embarcados para outras regiões. Havia guerras com o exclusivo fim de produzir cativos; o reino do Sego, a confederação Ashanti, o reino do Dahomé e as cidades-estados iorubas foram nações escravizadoras, que anualmente, lançavam seus exércitos em operações de envergadura. Guerreiros promoviam rápidos ataques nos territórios vizinhos, onde aprisionavam um

punhado de aldeãos. As operações escravizadoras destruíam e desorganizavam a produção artesanal e pastoril de comunidades inteiras, fora as perdas de vidas motivadas pelos combates. Para cada africano desembarcado vivo nas Américas, dois outros teriam morrido, na África ou em alto mar, em decorrência das violências, diretas ou não movidas pelo tráfico.

Eram muitos os caminhos que levavam um africano ao cativo. Uma enorme quantidade de cativos vendidos aos escravistas resultava do seqüestro furtivo de crianças e jovens por africanos em busca de lucro fácil. Crianças eram trocadas pelos pais, em momentos de carestia, por alimentos. Africanos viciados em jogos de azar perdiam filhos, esposas e a própria liberdade em apostas. A justiça africana também foi responsável pelo envio de milhares de homens e mulheres ao cativo. Inúmeros atos eram punidos com a perda da liberdade e com a venda do culpado. Um criminoso era entregue aos parentes do falecido para ser vendido. O adúltero passava a ser propriedade do marido traído, os casais espertos faziam verdadeiras armadilhas à jovens inexperientes, que pegos se transformavam em escravos. Homens e mulheres acusados de feitiçaria, o roubo, dívidas não pagas, em fim qualquer tipo de delito faziam com que estes indivíduos virassem parte da carga de um tumbeiro.

O Tráfico

Terminada a compra dos cativos, os negreiros começavam os preparativos para travessia atlântica. Os alimentos e a água eram embarcados em quantidades mínimas. O espaço útil se destinava a ser atulhado de escravos. Um copo de água a cada três dias, para alguns capitães, era suficiente para manter em vida, por meses, um negro. Eram comuns as lutas e disputas nos porões escuros dos navios, por um pouco de espaço. Como mercadorias, antes de subirem aos navios os negros eram carimbados. Sinetes de ferro ardente marcavam os braços, as nádegas, os rostos ou qualquer outra parte do corpo o sinal do proprietário ou da nação escravista. Negros aterrorizados jogavam-se ao mar ou organizavam desesperadas revoltas. Cativos negavam-se a comer, e enlouqueciam. Os negreiros encerravam os cativos nos porões, quando da partida dos tumbeiros. O que além de prevenir desesperadas rebeliões, impedia que os negros vissem como se manobravam os navios. Nos movimentos de revoltas, dentro dos navios, os chefes identificados, eram torturados e executados. Houve revoltas que levaram à destruição dos navios e à morte dos tripulantes e escravos.

Os primeiros africanos foram transportados em caravelas ou naus; e as mais variadas embarcações - charruas, carracas, patachos, chumacas etc. começaram a ser utilizadas como tumbeiros, e transportavam em média de 100 a 400 indivíduos. Já no final do séc. XIX, eram usados modernos navios a vapor com capacidade para transportar até 1.000 escravos. Era altíssima a mortalidade de escravos transportados por estas embarcações, a taxa de mortalidade chegava a 14% do total, pois uma viagem da costa ocidental ao Brasil durava de 30 a 40 dias; e os navios que partiam de Moçambique viajavam em torno de 2 meses.

Embarcados os cativos eram alimentados duas vezes ao dia, pela manhã por voltas das 10 horas e das 4 horas da tarde, quando recebiam para comer arroz, farinha de mandioca, feijão, milho e pequena quantidade de peixe salgado. Geralmente os alimentos eram mal preparados e sem temperos, os cativos sofriam, então, de vômitos e disenteria durante e após a travessia. Como os escravos doentes defecavam, urinavam e vomitavam sem que pudessem aproximar-se das precárias latrinas ou dos baldes; mandavam-se lavar, duas vezes por semana, as cobertas com vinagre ou água do mar; mesmo assim, na chegada dos navios se constatava um fedor aterrorizante que escandalizavam os espectadores nos portos. Os homens nus, os sexos desproporcionadamente grandes nos corpos magérrimos, a balançarem entre as pernas; as mulheres curvadas, esqueléticas, os peitos caídos, as barrigas chupadas, as crianças, pequenos zumbis, só olhos e pescoço.

Os tumbeiros saídos da costa da África aportavam no Brasil, após uma viagem que variava de 30 a 40 dias, e os provenientes de Moçambique, por diversos motivos, chegavam a demorar quatro meses no mar. O sofrimento e a mortalidade da carga, em um e outro caso, diferiam significativamente. Muitas vezes, ao avistarem a costa, até os negros batiam palmas e cantavam de contentamento. Terminava a viagem infernal. Nas proximidades dos portos, os negreiros sentiam-se mais seguros, distribuía as reservas de água e de alimentos, permitiam que os cativos permanecessem mais tempo ao ar livre. Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luis eram os portos que recebiam os navios chegados da África, quando estes não se dirigissem diretamente para os portos Rio Grande (RS), Desterro, Belém e outros.

A Escravidão no Brasil

No ano de 1432 o navegador português Gil Eanes introduziu em Portugal a primeira leva de negros escravos, e a partir desta época os portugueses passaram a traficar os escravos com as ilhas Madeiras e em Porto Santo, logo levaram o negro para os Açores e depois para Cabo Verde e finalmente para o Brasil.

A primeira expedição colonizadora chegou ao Brasil em 1532, dando início à escravatura, que se desenvolveu em solo brasileiro em função da estrutura econômica e social do regime colonialista. A princípio os índios foram à mão-de-obra escrava mais usada. Em seguida começaram a chegar ao Brasil os primeiros escravos vindos da África; alguns autores datam a chegada dos primeiros escravos em 1532, com a expedição de Martim Afonso de Sousa, e em outros estudos dizem ser por volta de 1550; independente de datas, o fato é que os navios negreiros aqui chegaram e fizeram deste tráfico a atividade importadora mais lucrativa do comércio exterior brasileiro, dando forças ao cultivo do açúcar, do fumo e do algodão, e também foram absorvidos pela economia mineradora e pelo serviço doméstico.

A escravidão é o regime social definido pela lei como a forma mais absolutamente involuntária de servidão humana, na qual os serviços de um escravo são obtidos pela força, e a pessoa é considerada propriedade de seu dono, o qual dispõe de sua vida; no caso do negro, é um absurdo o fato de transformar uma pessoa num ser inferior apenas por que ela tem outra cor, ou principalmente por que ela tem outra formação, esta escravidão racista transformou o negro em mercadoria, deslocando-o para um lugar estranho ao seu viver, onde não falavam a sua língua, onde não tinham os seus costumes, onde ele foi desumanizado, coisificado, animizado por seu senhor de escravo.

Mesmo sofrendo todas estas injustiças, e todas estas pressões o negro continua um ser humano, e aqui procurou continuar a amar, a ter filhos, a ter amigos, a trabalhar a sua maneira, a manter a sua religião, procurou manter a sua língua, procurou fugir, procurou sabotar o trabalho de seu senhor de escravo, procurou comprar a sua liberdade e procurou construir o seu mundo fora da escravidão. A escravidão só é aceita por quem escraviza.

O negro, na África, era encurralado pelo próprio negro; havia tribos que capturava o inimigo para vender, um Yorubá não considerava um Fon como seu semelhante, o considerava como inimigo e como indivíduo inferior que podia ser escravizado, e assim também acontecia entre outras tribos inimigas.

O escravo negro era uma mercadoria cara, valia muito dinheiro; e havia recomendações de como carregar os navios, só que a cobiça das pessoas que praticavam o tráfico era tão grande que colocavam nos navios muito mais gente do que cabia, de maneira que havia uma mortalidade muito grande dos escravos embarcados. Havia um mercado especial para o escravo jovem, o chamado escravo português ou escravo do ouro, por que era comprado, geralmente, com ouro; e o escravo de boa aparência, de boa qualidade física que tinha entre 17 e 25 anos de idade, valia muito mais do que os outros.

Embora toda esta maldade da escravidão, houve casos em que o escravo se afeiçoava ao seu senhor e a família a qual servia, pois mesmo sendo regime de escravidão, é uma relação entre seres humanos; sabe-se de escravo que virou homem de confiança de seu senhor, e até chagava a representá-lo em algumas ocasiões, como na compra e venda de mercadorias, no transporte de seus valores etc.; houve casos de formação de sociedade do escravo com seu dono; claro que estes são fatos raros, havia diferenciação entre o escravo que trabalhava no campo cortando cana e plantando café, e o escravo que estabelecia um determinado tipo de relação pessoal com seus senhores, que podia até ser afetiva; contudo no geral o escravo vivia nas senzalas, quase sempre com excesso de trabalho e em condições precárias de higiene e salubridade, o que reduzia a vida útil à cerca de sete anos nas áreas de açúcar e do ouro. A mentalidade escravocrata era muito difundida na colônia e no império, provocando a desvalorização do trabalho manual e a presença do escravo em quase todas as atividades, como a extração de diamantes, a lavoura do tabaco, o artesanato e o trabalho doméstico.

Escravos e escravas eram também alugados por seus proprietários para a realização de atividades remuneradas, é claro que os valores passavam a seus senhores que compravam mais escravos com o ganho. Admitiam-se casamentos entre escravos e ocorriam também alforrias, quando o escravo era libertado, através de compra da própria liberdade ou por ocasião da morte de seus proprietários.

Os negros eram vendidos por seus sobás (chefes de tribos africanas) aos portugueses, e trazidos para o Brasil, principalmente para as regiões de Pernambuco e Bahia, até meados do séc. XVII; e no início do século XVIII seus maiores compradores passaram a ser o Rio de Janeiro e Salvador, e ainda neste mesmo século foram introduzidos nas regiões cafeeiras do Pará e do Maranhão e logo para o sul do Brasil; muitos destes deslocamentos eram feitos a pé, de um estado para o outro.

O grupo mais importante introduzido no Brasil foi o sudanês, que dos mercados de salvador, se espalhou pelo país, deste grupo a etnia mais notável foram os yorubás ou nagôs, da Nigéria, e os Jêjes do Daomé, seguindo-se os minas da costa norte-guineana, além dos tapás, bornus, galinhas, hauças, fulas ou fulanis e os malês ou mandingas. Esta presença comum dos grupos de idioma yorubá explica a maior influência desta cultura principalmente nos segmentos religiosos. Dentro da própria África, a cultura yorubá predominava do Golfo da Guiné ao Sudão; tinham uma civilização adiantada, os costumes sociais, a organização política e a religião serviam de modelo a muitos outros povos. Os yorubás dominavam bem a agricultura, aliás, boa parte do que sabemos sobre agricultura tropical e sobre o pastoreio extensivo do gado, devemos ao povo africano, que dominava também a lida com o ferro e a produção de um aço de alta qualidade, o artesanato em cobre, madeira e as técnicas de mineração do ouro. É preciso saber que, antes da descoberta do ouro no Peru, no México e no Brasil, sobretudo o grosso do ouro que alimentava o sistema financeiro Europeu, Árabe e Islâmico vinha da África, principalmente de Burê, Bambuc, do País Ashanti, Sofala e Zimbábue, a África era o grande centro produtor de ouro.

Os bantos de Angola, tinham técnicas mais primitivas de agricultura praticadas por mulheres, e os homens criavam gado, e se vestiam com cascas de arvores, já na parte sudoeste, usavam vestimentas de couro e mantinham hábitos de caçadores e usavam armas de ferro; banto é uma família lingüística, ao qual faziam parte, também, os negros do Congo, Guiné e Moçambique; também faziam parte deste grupo os cabindas, benguelas, macuias e angicos. Por não terem nações identificadas e serem misturados de maneira aleatória, os bantos tiveram dificuldades de se integrar culturalmente. Alguns, escravos selecionados pelos senhores de terra, desempenhavam tarefas domésticas, e deste contato próximo, no interior da casa-grande, entre negros bantos e a elite branca que começou a se formar o sincretismo de raças, culturas e idiomas. Muitos hábitos, costumes, linguagem e alimentos do Brasil contemporâneo origina-se na cultura banto.

O negro não apenas povoou o Brasil, mas também contribuiu com o crescimento econômico, com as diversas matrizes culturais que serviram como fonte de desenvolvimento para o nosso país. Em 1830 se faz a proibição do tráfico de escravos no Brasil, porém esta proibição só pega em 1850, e a partir de 1852, não desembarcam mais escravos no Brasil; o último navio negreiro vindo para o país é uma corveta americana que é aprisionada em águas brasileiras; e aí começa haver um tráfico interno no Brasil, os negros começam a serem vendidos para o sul do país, para serem mão de obra na plantação de café; então há um relativo esvaziamento da escravatura no norte e uma grande marcha em direção ao sul; este foi um tráfico pouco estudado, mas extremamente feroz, violento, difícil.

O número de africanos introduzidos no Brasil durante o período superior a três séculos, em que houve a realização do tráfico, estima-se um total de 6.700.000 entrados no Brasil do séc. XVI ao XIX. De uma forma geral o negro era muito mal tratado, as senzalas eram constituídas por uma série de barracões, pequenos e abafados, com

uma só porta e sem janelas, com chão de terra batida, que servia de lugar para dormir; a alimentação era racionada e geralmente eram servidos de feijão, farinha de mandioca e um pedaço de carne seca. Qualquer erro era cobrado com os mais severos castigos, desde a palmatória às chicotadas, que deixavam as costas e nádegas dos negros em carne viva, e ainda colocavam, nas feridas, montes de sal para que a dor se prolongasse por dias, para não ser esquecido o castigo recebido. Por esses motivos e muito mais, logo no início do século XVII, cerca de quarenta escravos fugitivos dos engenhos de Pernambuco, chegaram à serra da Barriga. Uma região de solo fértil, com extensas palmeiras; seus novos habitantes por isso deram o nome ao lugar de Palmares. A população dos Palmares, inicialmente era composta de escravos masculinos. Com o decorrer do tempo a aldeia começou a crescer; já havia criação de animais, lavraram-se campos, plantaram milho, feijão e mandioca, que passou a constituir a sua alimentação, além da criação de aves e porcos.

Com o crescimento da aldeia, já com a presença das mulheres, Palmares se transformou no quilombo mais importante da história da escravidão no país. As aldeias eram distanciadas umas das outras, tinham vidas independente, com chefes próprios, a princípio estes chefes haviam pertencido à nobreza na África. Seus principais líderes foram Ganga Zuma e Ganga Zona, chefes das aldeias mais importantes, eram tios daquele que mais tarde se tornou o maior chefe dos Palmares, o negro guerreiro chamado Zumbi.

Várias expedições foram organizadas, durante anos, contra Palmares, todas sem sucesso. Palmares torna-se o centro de resistência contra a escravatura, em pleno séc. XVII, os negros eram considerados livres neste local. Outras expedições foram organizadas contra Palmares, e aos poucos iam enfraquecendo os quilombos, mas, apesar de já estarem, os negros, com menos poder, chefiados por Zumbi, continuam a fazer frente aos ataques inimigos.

Finalmente em seis de fevereiro de 1694, ajudados pelos canhões, os soldados abriram caminho, encurralando os negros contra um precipício. Mesmo ferido Zumbi consegue fugir e só foi aprisionado quase dois anos depois quando um negro, preso no caminho de Recife, em troca da vida, indicou o lugar onde o líder Zumbi estava. No dia vinte de novembro de 1695, Zumbi foi morto, teve sua cabeça decepada, e levada para Recife, por seu algoz, André furtado de Mendonça.

O quilombo dos Palmares, embora tenha sido o mais importante, não foi o único; no séc. XVIII, formaram-se quilombos no Maranhão, em Minas Gerais, às margens do rio das Mortes e em Araxá, todos destruídos.

Em 1807, a Inglaterra aboliu seu tráfico de escravos, e passou a reprimir o tráfico de outros países, inclusive Portugal. Para reconhecer a independência do Brasil a coroa inglesa exigiu o fim do comércio de escravos, e o Brasil assinou um acordo em 1827, comprometendo-se a acabar com o tráfico de escravos, mas esse acordo não foi cumprido, e o tráfico continuou até 1850. O movimento abolicionista foi crescendo e depois de várias leis paliativas, finalmente foi promulgada a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.



Princesa Isabel

Às 6:26 horas da tarde do dia 29 de julho de 1846 nascia a Princesa Isabel, segunda filha do Imperador D. Pedro II, assistida pelo Dr. Cândido Borges Monteiro, no Paço de São Cristóvão, Rio de Janeiro. Batizada na capela Imperial no dia 15 de novembro daquele ano pelo Bispo Capelão-Mor. Conde de Irajá. recebeu o pomposo nome Isabel Cristina Leopoldina Augusta. Isabel, por causa da avó materna, Rainha de Nápoles; Cristina, que lembraria sua mãe, a Imperatriz Dona Tereza Cristina; Leopoldina, em homenagem a sua avó paterna, a primeira Imperatriz do Brasil e Augusta como premonição do futuro que a aguardava. A esses nomes acrescentaram-lhe os tradicionais dos príncipes de Bragança: Micaela, Gabriela, Rafaela Gonsaga.

Com a morte de seu irmão mais velho, o Príncipe Dom Afonso, tornava-se, aos onze meses de idade, herdeira do trono e sucessora de seu pai. Neste mesmo ano de 1847 nasceria a 13 de julho a sua companheira de toda a mocidade, a Princesa Leopoldina, sua irmã.

Em 1848 nasceu o seu segundo irmão varão, o Príncipe Dom Pedro, que veio a falecer dois anos depois. Para herdar o trono fundado por Dom Pedro I, restava uma frágil princesa de quatro anos de idade que seria, daí em diante, a Princesa Imperial. O reconhecido oficial como sucessora de seu pai teve lugar a 10 de agosto de 1850, quando a Assembléia-Geral, reunida no Paço do Senado às 11 horas da manhã, proclamou-a Herdeira do Trono na forma dos Artigos 116 e 117 da Constituição do Império.

A 29 de julho de 1860 completava D. Isabel seus 14 anos e, de acordo com o Artigo 106 da Constituição, deveria prestar o juramento por esta determinado de "manter a religião católica apostólica a romana, observar a Constituição política da nação brasileira e ser obediente às leis e ao imperador.

A fim de prepará-la para o papel que lhe estava reservado, começou Dom Pedro II a preocupar-se com a formação da futura Imperatriz. Desde cedo, porém, o Imperador iniciou entendimentos para dar às filhas uma preceptora. Por indicação da Princesa de Joinville a escolhida foi D. Luisa Margarida Portugal de Barros, filha do diplomata Domingo Borges de Barros. Visconde de Pedra Branca, casada com o fidalgo francês Visconde de Barral. A futura Condessa de Barral iniciou suas funções em setembro de 1865.

Para a instrução da Princesa Isabel e da sua irmã diversos mestres foram então designados. Lendo seus programas de estudo, tão repletos de aulas e obrigações, pode-se imaginar que a Princesa Isabel teve uma infância diferente das crianças de seu tempo. Contudo, teve certamente suas horas de brincadeiras, principalmente em Petrópolis, onde em seu diário ela diz: "Petrópolis, residência de verão, residência deliciosa: jardins floridos canais cortando a cidade... "ou ainda mais adiante "Eu fui de Petrópolis a pé até a cascata de Tamarati A mana andou tão pouco a cavalo. " Em São Cristóvão, para amenizar o ambiente tão carregado de estudos e deveres, pequenas peças teatrais eram levadas à cena e as princesas desempenhavam os principais papéis na companhia dos amigos de infância.

Em todos os tempos e lugares os casamentos de príncipes são motivo para as mais descontraídas opiniões e comentários. Era natural que o governo e o povo dessem a maior importância ao casamento da Princesa Isabel, dedicando-lhe toda a atenção. Cabia ao ministério movimentar a máquina diplomática para localizar um Príncipe Consorte. Depois de enorme correspondência trocada com a nobreza européia é a própria Princesa quem escolhe o seu Príncipe, Luís Gastão de Orléans, o Conde d'Eu. Em 18 de setembro de 1864 o príncipe francês pede a mão da herdeira do Império do Brasil. O casamento teve lugar na Capela Imperial, no Rio de Janeiro, a 15 de outubro daquele ano. No mesmo dia os noivos partem para a lua de mel em Petrópolis, e em 10 de janeiro de 1865 seguem viagem para a Europa onde a Princesa conheceu então os pais de seu marido.

Com o fim da Guerra do Paraguai o casal faz nova viagem à Europa, desta vez para visitar a Princesa Leopoldina que se encontrava doente. Sofrendo de tifo, a única irmã da Princesa Isabel veio a falecer em 7 de fevereiro de 1871. Neste mesmo ano, D. Pedro II faz sua primeira viagem à Europa. Deixando, pela primeira vez, a Princesa Isabel como Regente do Império. Neste interim, é assinada a 28 de setembro a Lei do Ventre Livre.

A ausência de filhos do casal preocupava a todos. Engravidara a Princesa durante a sua terceira viagem à Europa, mas somente no 6 mês de gravidez ponderou sobre a dificuldade de retornar ao Brasil para que aqui nascesse o seu herdeiro, como regia o Contrato Matrimonial. Embarcando dois meses depois, após uma viagem penosa, nascia-lhe morta uma menina aos 28 de julho de 1874, no Paço Isabel. Finalmente em 15 de outubro de 1875, quando comemoravam onze anos de casados, nascia no Palácio Princesa Isabel, em Petrópolis, o herdeiro, recebendo o nome de Pedro de Alcântara, e o título de Grão-Pará, que competia ao primogênito do Príncipe Imperial. No Palácio Imperial de Petrópolis, em 26 de janeiro de 1878, nascia o segundo filho da

Princesa, Dom Luís Maria e a 9 de agosto de 1881, em função de uma demorada viagem à Europa, nascia o terceiro filho, Dom Antônio, no Palácio alugado da Rua de La Faisanderie, 27, Passy, Paris.

A 30 de junho de 1887. com a partida do Imperador para a Europa, em tratamento de saúde. começava a 3ª Regência e a 3ª fase política da vida da Princesa. A escravidão estava de tal maneira presente na vida do Império que várias tentativas visando aboli-la acabavam esbarrando no conservadorismo dos fazendeiros e proprietários, mesmo entre os liberais. As relações entre a Regente e o Ministério de Cotegipe eram tensas, embora aparentassem ser cordiais, Enquanto a Princesa aliava-se ao movimento popular, o Ministério de Cotegipe defendia a manutenção da escravidão. Aproveitando-se da oportunidade oferecida por um incidente de rua, a Princesa substitui o Gabinete. O novo ministério. conhecido como o Gabinete da Abolição, tinha a frente o Conselheiro João Alfredo, a quem a Princesa sugeriu na Fala do Trono que se fizesse o quanto antes a abolição da escravatura.

A 13 de maio, um domingo, seriam as últimas votações e a Princesa. certa da vitória, descia de Petrópolis para aguardar no Paço da Cidade o momento de assinar a Lei Aurea. Na euforia e no entusiasmo pelo seu dia de glória, só ouvia a Princesa os louvores e os aplausos - Viva Isabel I. Coroando a atitude da "Redentora" faltava a henção da Igreja, com a Rosa de Ouro. concedida à Princesa pelo Papa Leão XIII, em 28 de setembro de 1888.

Com a Proclamação da República, embarca a Família Imperial para o exílio na Europa. A velhice transcorreu tranquila e calma para a Princesa Isabel. Rodeada do marido - que amava e que a amava - e dos filhos (dois dos quais levados pelas conseqüências da Primeira Guerra Mundial) e por seus netos, que passaram a constituir o seu encantamento. Nos últimos anos, com dificuldade para se locomover, era empurrada numa grande cadeira de rodas pelos corredores e salões do castelo d'Eu, e a 14 de novembro de 1921, fechava para sempre "aqueles Olhos cheios de lembranças do Brasil".

Maria Antonieta Ahrcu da Silva Chefe do Setor de MuseoIogia do Museu Imperial de Petrópolis (Texto baseado na obra dc Luii Lourenço Lacombe. Isabel: A Princesa Redentora)